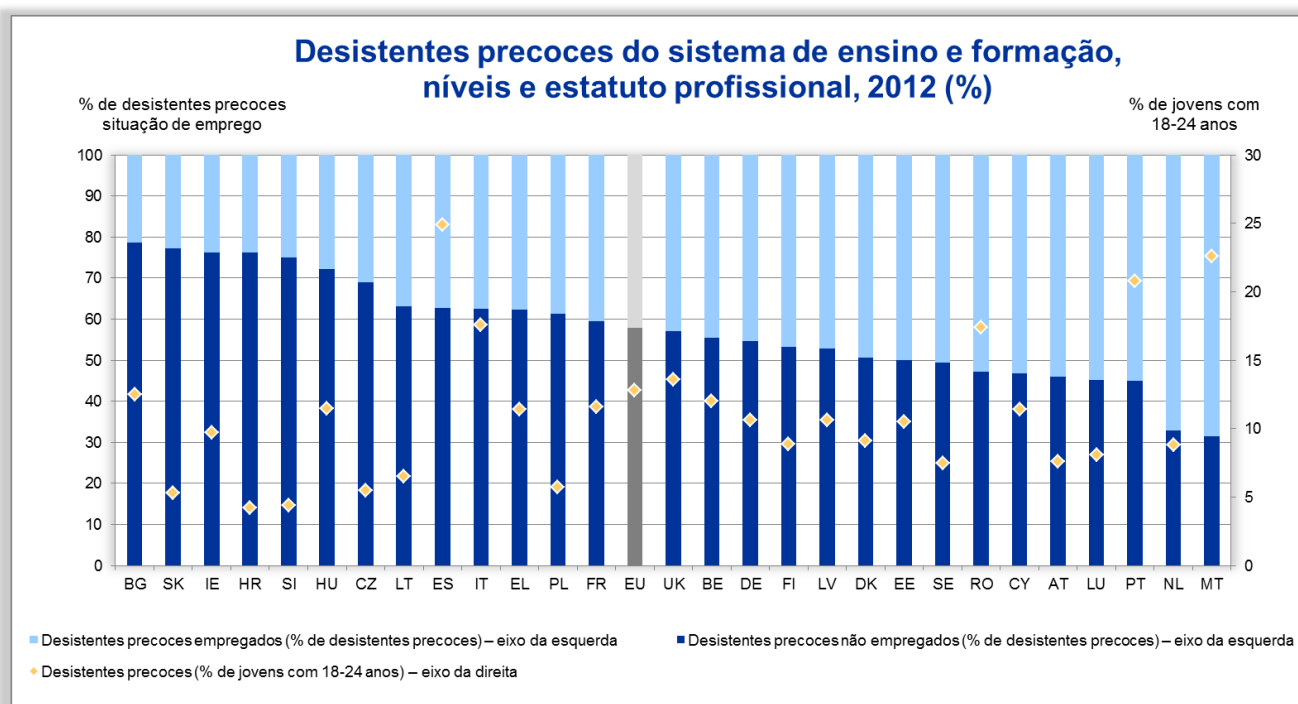


NOTA INFORMATIVA

Manter os jovens no ensino (profissional): como assegurar este objetivo?

Muitos jovens abandonam o ensino (incluindo o ensino profissional) demasiado cedo. Estes jovens estão mais expostos aos riscos de desemprego de longa duração, de pobreza e de criminalidade e representam atualmente para a economia europeia custos equivalentes a 1,25% do PIB. Como contrariar este fenómeno?



Fonte: Eurostat, inquérito às forças de trabalho (extraído em 5.11.2013).

Quem são estes jovens?

As taxas de saída precoce registadas ao nível da UE não são em si comparáveis.

- Nem todos os países têm o ensino obrigatório estabelecido na mesma idade, que varia entre os 15 e os 18 anos de idade.
- Para efeitos de comparação a nível internacional, as estatísticas adotam a definição do Eurostat (jovens dos 18 aos 24 anos que apenas concluíram os níveis 2 ou 3C da CITE, não possuem qualquer outra qualificação e não frequentaram um curso de ensino ou formação nas últimas quatro semanas). Contudo, as definições e os conceitos de saída precoce e abandono escolar variam de país para país.
- Podem, inclusivamente, existir inconsistências a este nível dentro de um mesmo país. Um estagiário, por exemplo, pode ser considerado um formando em alguns contextos e um trabalhador noutros contextos.
- Em alguns países, as pessoas que desistem de um programa de formação podem ser

contabilizadas como abandono escolar, ainda que se inscrevam noutra programa.

- As estatísticas atuais não revelam se os desistentes precoces regressam ao ensino ou à formação profissional mais tarde, ou em idade adulta.
- A estrutura de ensino profissional pode afetar a forma de contabilizar o abandono escolar ⁽¹⁾.
- As estatísticas europeias não distinguem entre pessoas que saem da via de ensino profissional e da via de ensino geral, embora algumas estatísticas nacionais façam essa distinção.

Existe, no entanto, um traço que está bem definido em toda a Europa: o **perfil social** das pessoas mais suscetíveis de abandonarem precocemente o ensino. Os desistentes precoces são sobretudo jovens do sexo masculino, de estatuto socioeconómico mais baixo e pertencentes a grupos sociais mais vulneráveis (como os migrantes) ou com dificuldades de aprendizagem.

O **ensino profissional** oferece uma grande diversidade de áreas de estudo e tende a atrair estudantes que têm preferência por um percurso de aprendizagem não académico. Pode, por essas razões, ajudar a reinserir os desistentes no sistema de ensino. Esta grande diversidade e maior capacidade de inclusão do EFP (que, ao contrário do ensino geral, inclui programas abertos aos alunos mais fracos) são, por outro lado, fatores que podem contribuir para uma maior probabilidade de abandono escolar. As comparações entre os estudantes mais homogéneos do ensino geral e os estudantes mais heterogéneos do ensino profissional são, deste modo, suscetíveis de induzir em erro.

O que leva os jovens deixam precocemente o EFP?

Não existe apenas um motivo. Em alguns casos, os jovens iniciam um programa de formação e decidem sair quando se apercebem de que não fizeram a opção correta (o tipo/nível do programa ou o emprego visado não é adequado) ou por outros motivos. Nesta fase, precisam de orientação que os ajude a decidir o próximo passo a tomar. Sem uma orientação

⁽¹⁾ Na Alemanha e na Áustria, procurar uma empresa para realizar a formação prática (em contexto de trabalho) é uma fase que antecede o ingresso num curso de aprendizagem, ao passo que na Noruega, a realização da formação prática é uma fase posterior à formação escolar. Assim, os jovens que não encontrem uma empresa para realizar a formação prática na Noruega são contabilizadas como abandono escolar.

adequada, os desistentes precoces podem também ser levados a tomar decisões precipitadas devido a obstáculos temporários.

Efetivamente, as **características do mercado de trabalho** podem influenciar a taxa de saída precoce do ensino e da formação a vários níveis. Quando existem muitas ofertas de emprego para pessoas com níveis de qualificações mais baixos, a saída escolar precoce parece fazer sentido do ponto de vista económico. Mas este tipo de empregos é cada vez mais escasso ⁽²⁾; além disso, perante o atual clima de crise, as pessoas com níveis de qualificações mais baixos são mais suscetíveis de ficarem no desemprego ⁽³⁾.

Os salários podem não ser significativamente mais elevados para as pessoas que possuam um nível de qualificações mais elevado ⁽⁴⁾. No setor dos serviços em ascensão, os empregos tendem a ser menos regulados e, por conseguinte, o incentivo a obter uma qualificação profissional é menor. Os empregadores podem oferecer estágios antes da conclusão da formação ou as pessoas podem simplesmente abandonar um programa de formação profissional e emigrar, se houver no estrangeiro um emprego não qualificado mais bem remunerado do que um emprego qualificado no próprio país.

Que medidas estão a ser adotadas nos diferentes países?

- O Cedefop constatou que não existe informação suficiente para determinar se os países estão a conseguir manter os estudantes no sistema de ensino e formação profissional. Alguns países, como a Holanda, mantêm um registo dos estudantes e acompanham o seu percurso de forma rigorosa; mas a maioria dos países não dispõe deste tipo de dados.
- Vários países introduziram programas de 'ligação' que abrangem competências de gestão de carreiras entre as suas principais características. Frequentemente, estes programas oferecem aos jovens a possibilidade de adquirir ou atualizar competências-chave. A par da formação em

⁽²⁾ Previsões sobre competências.

⁽³⁾ Nota informativa de outubro de 2013.

⁽⁴⁾ A República Checa, a Polónia e a Eslováquia, onde os salários são mais elevados para quem possui qualificações, também registam uma maior taxa de emprego entre este grupo de pessoas. Na Letónia, a elevada procura coexiste com uma elevada taxa de desemprego nas mesmas profissões; esta situação pode ser atribuída aos reduzidos níveis salariais.

competências base, estágios profissionais, orientação e tutoria, os programas de ‘ligação’ incluem “pacotes” que visam reduzir a saída precoce. Podem também proporcionar uma ligação entre a aprendizagem formal e não formal/informal (validação). Além disso, permitem também avaliar as competências dos estudantes no início do próprio programa e validar a aprendizagem adquirida por via não formal ou informal.

- Para ajudar os jovens a escolher os percursos de ensino e formação ou de carreira profissional mais apropriados ao seu perfil, as autoridades dos diferentes países começaram a integrar experiências de trabalho e competências de gestão de carreira nos programas curriculares do ensino obrigatório e reforçaram as atividades de orientação. A maioria dos países reforçou também a orientação, a tutoria e o apoio multidisciplinar (equipas de professores, orientadores, psicólogos, trabalhadores sociais, etc.) dentro do EFP.
- Existem vias alternativas no seio do EFP que oferecem diferentes opções para os desistentes precoces e para os jovens em risco de abandono escolar. Em alguns casos, opções inicialmente elaboradas como medidas de “segurança” estão agora contempladas pela legislação relativa ao EFP ou são parte integrante da Garantia para a Juventude (como na Áustria).
- Muitos países prestam especial atenção aos estudantes/formandos com antecedentes migratórios no EFP, valorizando a aprendizagem de línguas a par de outras competências-chave e aptidões profissionais.
- Quase todos os países adotaram medidas para modularizar o EFP, de modo a permitir que os estudantes/formandos possam obter uma qualificação de forma mais flexível. Mas o valor das qualificações parciais no mercado de trabalho nem sempre é claro.
- Alguns países (como a Espanha ou Chipre) têm vindo a introduzir ou alterar os programas de aprendizagem em contexto de trabalho ou em alternância para atrair jovens que de outra forma poderiam sair do ensino. Existem também serviços destinados a “emparelhar” empresas e estudantes (como no Reino Unido).
- Nas áreas onde existem défices de competências, alguns países oferecem incentivos financeiros aos estudantes/formandos para conservá-los no EFP

ou associam estes incentivos à presença e ao desempenho dos estudantes (como na Hungria e na Lituânia).

Caixa 1 **Exemplos de medidas que ajudam os desistentes precoces a obter uma qualificação**

França: reconhecendo o caráter disperso das medidas destinadas a combater o abandono escolar precoce, a nova legislação do ensino francês, adotada em julho de 2013, obriga o Estado a assegurar as condições necessárias para que os jovens possam estudar até obterem uma qualificação equivalente ao nível 3 da CITE. As pessoas que abandonam o sistema de ensino e formação sem uma qualificação passaram a ter direito a frequentar uma formação diferenciada.

Lituânia: alterações na legislação permitem que jovens até aos 29 anos de idade beneficiem de apoio através de subsídios aos empregadores. Estes subsídios permitem financiar o emprego e a formação de desempregados e proporcionar incentivos fiscais aos empregadores. São também atribuídas bolsas aos estudantes, como forma de incentivar a sua permanência no sistema de EFP. A Lituânia também está a apostar na validação: o sistema de ensino profissional formal reconhece a formação prática em contexto de trabalho e a aprendizagem/experiência anteriormente adquirida pode ser tomada em consideração na obtenção de uma qualificação de EFP.

Na **República Checa**, algumas empresas formam parcerias com escolas e prestam apoio financeiro aos estudantes. Estes últimos podem aceder a um emprego correspondente ao seu nível de qualificação, desde que celebrem um contrato com uma empresa durante um determinado período. O emprego poderá ser atribuído na condição de o formando concluir com sucesso a sua formação.

Considerações para decisores políticos

Manter as pessoas no ensino (profissional) não é um problema que diz exclusivamente respeito ao EFP. Depende também de outros fatores mais abrangentes, relacionados com o mercado de trabalho e aspetos sociais: a política salarial, a participação dos empregadores, o acesso à profissão, o valor das qualificações e os diversos serviços de orientação disponíveis para os estudantes.

Conseguir a participação das empresas

Uma forma de tornar o EFP atrativo para os jovens passa por proporcionar aos que concluem um curso perspectivas seguras de emprego. Para esse efeito, muitos países oferecem aos empregadores incentivos financeiros para que estes proporcionem estágios de formação. Estes incentivos incluem subsídios para cobrir os salários de estagiários, parte das contribuições dos empregadores para a segurança social e benefícios fiscais, ou uma combinação destes.

Os decisores políticos podem também encorajar a criação de parcerias entre escolas profissionais e empresas. As autoridades locais e regionais deveriam efetuar um acompanhamento atento das medidas financeiras e das parcerias, com vista a assegurar a sua eficiência. Todas estas medidas deveriam, contudo, ser fáceis de implementar: no que diz respeito ao providenciamento de formação, os empregadores referem que a “burocracia” é um fator mais desincentivador do que os custos financeiros em si.

Os professores do ensino profissional e os formadores dos programas de aprendizagem necessitam também de estruturas de apoio que lhes permitam trabalhar de forma eficiente com os jovens que precisam de apoio individual.

O valor das qualificações

Para beneficiarem os estudantes/formandos, as qualificações adquiridas através de vias alternativas ou da iniciativa Garantia para a Juventude devem ter valor para os empregadores e para as(outras) entidades de ensino e formação. Os programas de aprendizagem e outros esquemas semelhantes de formação em contexto de trabalho deveriam conferir qualificações previstas nos **quadros nacionais de qualificações**, quer façam parte de medidas ativas de mercado de trabalho, quer façam parte de programas de ensino e formação profissional formal.

Garantir a qualidade

Embora o sistema de EFP não possa garantir um emprego, deve pelo menos garantir que as qualificações conferidas sejam aceites pelo mercado de trabalho. Tal assenta, em grande medida, na questão de saber se uma determinada qualificação é vista como uma garantia de qualidade dos resultados da aprendizagem. O EFP ministrado em escolas e os programas de aprendizagem deveriam, deste modo, adotar uma abordagem de qualidade abrangente e

incluir, em cooperação com os parceiros sociais, **indicadores de desempenho claros**. Na Finlândia, por exemplo, parte do apoio financeiro aos estabelecimentos de ensino é prestada em função da taxa de conclusão (com sucesso) dos programas. Alguns países também atribuem prémios às empresas pelo sucesso em programas de formação.

Validação

A validação da aprendizagem não formal e informal pode ajudar as pessoas a obter qualificações de EFP. Tal não só as ajudará a encontrar um emprego, como também lhes proporcionará novas perspectivas de educação. Portugal tem registado um grande sucesso na redução da sua elevada taxa de saída precoce, graças sobretudo ao seu processo de validação.

Os factos mostram que as políticas relativas ao EFP, ao emprego e aos assuntos sociais necessitam de se complementar entre si. As políticas nacionais oferecem o quadro adequado, mas é a **nível regional e local** que a criação de parcerias fortes entre o setor do ensino e da formação, os parceiros sociais, os serviços de emprego, os serviços sociais e de apoio à juventude pode apoiar os estudantes, as escolas profissionais e as empresas a ajudar mais jovens a adquirir as qualificações adequadas.

O Cedefop monitoriza os progressos na consecução dos objetivos enunciados no Comunicado de Bruges sobre o reforço da cooperação no domínio do EFP. O próximo relatório deverá ser apresentado em 2014. Esta informação baseia-se em artigos da ReferNet sobre a saída precoce do ensino e formação profissional (a publicar) e nas contribuições para o Comunicado de Bruges.

**CEDEFOP**

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

Nota informativa – 9084 PT

Nº de catálogo: TI-BB-13-010-PT-N

ISBN 978-92-896-1432-0, doi: 10.2801/54192

Copyright © Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop), 2013

Todos os direitos reservados.

As Notas Informativas são publicadas em Alemão, Espanhol, Francês, Grego, Inglês, Italiano, Polonês, Português e na Língua do país que detém a Presidência Europeia. Para as receber regularmente envie um e-mail para: briefingnotes@cedefop.europa.eu

Pode descarregar outras Notas Informativas e publicações do Cedefop em: <http://www.cedefop.europa.eu/EN/publications.aspx>

PO Box 22427, 551 02 Thessaloniki, Grécia
Europe 123, Thessaloniki, Grécia
Tel. +30 2310490111, Fax +30 2310490020
E-mail: info@cedefop.europa.eu

visit our portal www.cedefop.europa.eu